

Quarta-Feira, 18 de Fevereiro de 2026

Banco Central decreta liquidação do Banco Pleno, do ex-sócio de Daniel Vorcaro

CRISE FINANCEIRA

g1

O Banco Central do Brasil decretou nesta quarta-feira (18) a liquidação extrajudicial do Banco Pleno S.A. e estendeu o regime à Pleno Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., empresas que faziam parte do mesmo conglomerado financeiro.

As instituições **faziam parte do grupo do Banco Master e foram vendidas no segundo semestre do ano passado ao empresário Augusto Lima**, ex-sócio de Daniel Vorcaro.

O conglomerado tinha uma participação muito pequena no sistema financeiro brasileiro. Dados do Banco Central indicam que, até setembro do ano passado, o banco concentrava cerca de 0,04% de todos os ativos do setor, que somavam mais de R\$ 18 trilhões — o equivalente a aproximadamente R\$ 7,2 bilhões.

Nas captações, a participação era de 0,05% do total de mais de R\$ 13 trilhões, cerca de R\$ 6,5 bilhões.

Na prática, ativos são tudo o que o banco tem ou tem a receber, como empréstimos e investimentos. Já as captações são o dinheiro que ele recebe de clientes e investidores, por meio de depósitos, CDBs e outros produtos.

Segundo o Banco Central, a liquidação do Banco Pleno foi adotada após o agravamento da situação econômico-financeira da instituição, que passou a ter dificuldade para pagar suas obrigações no dia a dia.

O órgão também apontou descumprimento de normas e de determinações da própria autoridade reguladora.

"A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infringência às normas que disciplinam a sua atividade e inobservância das determinações do Banco Central do Brasil."

O BC informou que seguirá apurando responsabilidades. As investigações podem resultar em sanções administrativas e no envio de informações a outras autoridades, conforme prevê a lei.

Com a liquidação, os bens dos controladores e administradores ficam indisponíveis, como determina a legislação.

O Banco Pleno foi procurado para comentar o caso, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem.

O que acontece com os correntistas do Banco Pleno?

Não há informações públicas sobre a quantidade de correntistas do banco. Ainda assim, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou que calcula em R\$ 4,9 bilhões o volume de depósitos cobertos no Banco Pleno.

"Os valores garantidos, nos termos da regulamentação, serão pagos após o recebimento das informações da instituição que estão sendo consolidadas pelo Liquidante (responsável legal indicado pelo Banco Central) com o apoio do FGC", diz o comunicado.

Segundo a entidade, **cerca de 160 mil clientes têm direito à garantia**, após a liquidação extrajudicial.

Vale lembrar que os saldos de correntistas e investidores são protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por instituição.

No caso dos investidores, a cobertura varia conforme o tipo de aplicação. Estão dentro das regras do FGC:

- * CDB e Recibo de Depósito Bancário (RDB);
- * Letra de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCAs).

Liquidação envolvendo o Banco Master

A crise envolvendo o conglomerado liderado por Daniel Vorcaro levou o Banco Central a intervir em diversas instituições ao longo do ano passado.

Desde novembro de 2025, regulador passou a adotar uma série de medidas para desarticular o grupo, após identificar problemas de solvência, indícios de irregularidades contábeis e risco de contaminação para outras instituições do sistema financeiro.

As primeiras liquidações foram decretadas em novembro de 2025 e atingiram empresas centrais do conglomerado, como o **Banco Master S/A**, o **Banco Master de Investimento**, o **Banco Letsbank** — que operava com a marca BlueBank — e a corretora vinculada ao grupo.

Em janeiro, a intervenção foi ampliada para a **CBSF DTVM**, antiga Reag Investimentos, citada pelo Banco Central como parte da estrutura usada para ocultar prejuízos.

Poucos dias depois, em 21 de janeiro, o regulador também decretou a liquidação do Will Bank, braço digital do grupo, após a tentativa de venda não avançar e a Mastercard bloquear as operações com cartões.